



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de **MEDICAMENTOS**, visando suprir as necessidades da **Farmácia Complementar**, pelo período de **01 (um) ano**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** A contratação pelo sistema de registro de preços justifica-se, por não ser possível, definir previamente, e com exatidão, o quantitativo a ser demandado pela Administração. **(art. 3º, inc. V do Decreto Federal nº 11.462/2023)**

**1.3.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

<b>1.4. Requisitante:</b>	Farmácia Complementar
<b>1.5. Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preço, nos termos do arts. 28, I c/c 33, I da Lei Federal nº 14.133/21; art. 3º, V do Decreto Federal nº 11.462/2023; IN SEGES/ME nº 73/2022; Lei Complementar 123/2006.
<b>1.6. Período:</b>	01 (um) ano, prorrogável por igual período, com a renovação do quantitativo inicialmente registrado.
<b>1.7. Tipo:</b>	Menor preço unitário por item, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

**1.8.** As estimativas de consumo estão expressas no quadro abaixo:

<b>COTA EXCLUSIVA</b>					
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>U/C</b>	<b>QTDE</b>
1	394865	ACIDO TIOCTICO 600MG		COMPRIMIDO	1800
2	285055	ACIDO ACTIL SALICILICO TAMPONADO 81MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
3	439908	AGULHA DESCATAVEL BD 4MM		AGULHA	5760
4	271357	ALPRAZOLAM 0,5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800



5	271356	ALPRAZOLAM 1MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2520
6	272435	ANLODIPINA 2,5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2520
7	452622	ALOGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 12,5/850MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
8	445954	APIXABANA 5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2880
9	476830	ARIPIPAZOL 20MG/ML - SUSPENSÃO GOTAS - FRASCO 15ML		SUSP.GOTAS	96
10	472780	ARIPIPAZOL 10MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2880
11	364780	ARIPIPAZOL 15MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2160
12	284101	BRIMONIDINA 0,2% + TIMOLOLO 0,5% FRASCO 10ML		FRASCO	48
13	319000	CALCIO + VITAMINA D 400MG ZERO AÇÚCAR - TABLETE OU COMPRIMIDO MASTIGAVEL		TABLETE	5040
14	272903	CIANOCOBALAMINA 5000MCG + PIRIDOXINA 100MG + TIAMINA 100MG COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
15	357071	CIANOCOBALAMINA 1000MCG + PIRIDOXINA 50MG + TIAMINA 50MG + DICLOFENACO DE SODIO 50MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2160
16	270815	CICLOBENZAPRINA 10MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2520
17	270813	CILOSTAZOL 50MG		COMPRIMIDO	1800
18	305490	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 54MG		COMPRIMIDO	1440
19	0276377	CILOSTAZOL 100MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600
20	276378	CIPROFIBRATO 100MG		COMPRIMIDO	1440
21	308738	CLOBAZAN 10MG		COMPRIMIDO	1800
22	272901	CLOBAZAN 20MG		COMPRIMIDO	1440
23	272572	CLORIDRATO DE BUSPIRONA 5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3960
24	0302442	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600



25	302443	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3960
26	270798	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 180MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2160
27	308225	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 54MG		COMPRIMIDO	1440
28	272365	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	6120
29	268534	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
30	272379	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
31	276377	COLAGENO HIDROLIZADO – 3G - SACHÊ		SACHE	2520
32	280883	GLICOSAMINA 500MG + CONDROITINA 400MG COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	4320
33	280883	GLICOSAMINA 1,5G + CONDROITINA 1,2G - SACHE - 5G		SACHE	4320
34	314373-2	CUMARINA 5MG + HEPARINA 50UI – TUBO		TUBO	120
35	370117	DABIGATRANA 110MG		COMPRIMIDO	1800
36	402259	DABIGATRANA 150MG		COMPRIMIDO	1800
37	432908	DAPAGLIFOZINA + METFORMINA XR 5/1000MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2880
38	432908	DAPAGLIFLOZINA 10MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	6120
39	287529	DESLOMATADINA 5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3240
40	461415	DEXLANZOPRAZOL 30MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	6120
41	461416	DEXLANZOPRAZOL 60MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	6840
42	407328	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 30MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440



43	407327	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 50MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	720
44	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA 500MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	12600
45	428425	DIOSMINA + HESPERIDINA 1000MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	6120
46	470730	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100MCG + FUMARATO DE FORMOTEROL 6MCG + BROMETODE GLICOPIRRONEO 12,5MCG - 120 DOSES		SPRAY	24
47	0407441	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + FORMOTEROL 100/MCG/6MCG – FRASCO SPRAY - 120 DOSES		SPRAY	48
48	270590	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA SUSPENSÃO INJETAVEL 5MG/ML + 2MG/ML - AMPOLA		AMPOLA	18
49	272589	DIVALPROATO DE SODIO 500MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600
50	269962	DOMPERIDONA 10MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
51	428705	DUTASTERIDA 0,5MG +TANSULOSINA 0,4MG – CAPSULAS		CAPSULAS	2160
52	462392	EMPAGLIFOZINA + LINAGLIPITINA 25MG / 5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3960
53	437078	EMPAGLIFOZINA 10 MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	7560
54	285687	EZETIMIBA 10MG + SINVASTATINA 20MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2880
55	274186	EZOMEPRAZOL MAGNESIO 20MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
56	274187	EZOMEPRAZOL MAGNESIO 40MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
57	397600	FOSFATO DE SITAGLIPITINA 50MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600
58	395439	FUORATO DE FLUTICASONA 27,5MG - SPRAY - 120 DOSES		SPRAY	240
59	407993	FUORATO DE FLUTICASONA + UMECLIDINEO + VILANTEROL 100/62,5/25MG – FRASCO SPRAY - 30 DOSES		SPRAY	120
60	362721	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 10MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2520
61	362719	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	5400
62	362720	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 2,5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600



63	352301	INDAPAMIDA 1,5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600
64	400853	IVABRADINA 5MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
65	008428	INSULINA DEGLUDECA +LIRAGLUTIDA - CANETA		CANETA	144
66	<b>432782</b>	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML - TRESIBA - CANETA - 3ML		CANETA	288
67	324414	LAMOTRIGINA 50MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
68	295040	LAMOTRIGINA 25MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
69	19584	LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS - CAPSULAS		CAPSULAS	2520
70	434406	LACOSAMIDA 100MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
71	434406	LACOSAMIDA 150MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
72	269965	LANZOPRAZOL 30MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3240
73	296649	LEVOTIROXINA 88MCG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1080
74	438280	LEVOTIROXINA 62,5MCG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
75	437374	LEVOTIROXINA 37,5MCG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1080
76	407214	LINAGLIPTINA 5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600
77	276270	MONTELUCASTE DE SODIO 5MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3240
78	276271	MONTELUCASTE DE SODIO 10MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	5760
79	396702	NEBIVOLOL 5MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	3600
80	273255	OXICARBAZEPINA 100MG – SOL ORAL		COMPRIMIDO	72
81	273256	OXICARBAZEPINA 600MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
82	296745	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1080



83	296743	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG + ANLODIPINA 10MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1080
84	267892	PANTOPRAZOL 40MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	6120
85	305492	PIOGLITASONA 30 MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2880
86	412091	RIVAROXABANA 20MG		COMPRIMIDO	4320
87	285687	ROSUVASTATINA CALCICA + EZETIMIBA 10/10MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
88	285688	ROSUVASTATINA CALCICA + EZETIMIBA 20/10MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
89	365454	SORBITOL + LAURIL SULFATO DE SODIO - BISNAGA 6,5G		BISNAGA	8280
90	284426	TELMISARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 40MG/ 12,5MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
91	382197	TRIMETADIZINA LP 80MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1080
92	338288	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 250MG/ML – SERINGA		SERINGA	72
93	292791	VALSARTANA + HIDROCLOTIAZIDA 160/12,5 MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	4320
94	393808	VALSARTANA + ANLODIPIDINA 160/10 mg - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1440
95	357068	VALSARTANA + ANLODIPIDINA 320/10 mg - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1800
96	395437	VIDAGLIPITINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/1000MG - COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	2880
97	442729	VITAMINA D 2000 UI – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	5760
98	368499	VITAMINA D 10000 UI – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	10440
99	431098	VITAMINA D 50.000 UI – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1968
100	433100	XINAFOATO DE SALMETEROL 25MG + FLUTICASONA 125MG - SPRAY - 120 DOSES		SPRAY	108
<b>COTA PRINCIPAL</b>					
<b>101</b>	421223	DENOSUMABE 60MG – SERINGA		SERINGA	215



<b>103</b>	434874	EMPAGLIFOZINA 25 MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	12.960
<b>105</b>	<b>399010</b>	INSULINA GLARGINA 100UI/ML - LANTUS - CANETA - 3ML		CANETA	1080
<b>107</b>	434252	PIRFENIDONA 267MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	40688
<b>109</b>	462141	SEMAGLUTIDA 1MG - CANETA		CANETA	447
<b>111</b>	611249	SEMAGLUTIDA 2,4MG		CANETA	488
<b>COTA RESERVADA</b>					
<b>102</b>	421223	DENOSUMABE 60MG – SERINGA		SERINGA	71
<b>104</b>	434874	EMPAGLIFOZINA 25 MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	4320
<b>106</b>	<b>399010</b>	INSULINA GLARGINA 100UI/ML - LANTUS - CANETA - 3ML		CANETA	360
<b>108</b>	434252	PIRFENIDONA 267MG – COMPRIMIDO		COMPRIMIDO	1.432
<b>110</b>	462141	SEMAGLUTIDA 1MG - CANETA		CANETA	81
<b>112</b>	611249	SEMAGLUTIDA 2,4MG		CANETA	40

**1.8.1.** Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador por unidade(s) requisitante(s):

**1.9.** O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**1.10.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, 2022.

**1.11.** Caso haja discordância entre o descritivo dos itens neste Termo de Referência e no Compras.gov.br, prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência.

**1.12.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo, podendo ser prorrogada por igual período, com a





renovação do quantitativo inicialmente registrado, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da lei nº 14133/21.

**1.13.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, observada, a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e, quando ultrapassar um exercício, a compatibilidade com o Plano Plurianual.

**1.14. O fornecimento de medicamentos é enquadrado como fornecimento continuado**, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista tratar-se de uma necessidade permanente e ininterrupta da Administração Pública, essencial à manutenção dos serviços de saúde prestados à população, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

**1.15.** Na formalização do contrato ou de instrumento equivalente, deverá constar a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos, conforme exigido pela legislação vigente.

**1.16.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada por meio de instrumento contratual, nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.17.** O instrumento contratual deverá ser assinado dentro do prazo de vigência da ata de registro de preços.

**1.18.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observadas as hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

**2.1.** Quanto à adoção do critério de julgamento de menor preço por item, a Administração entende por adequada a escolha visando possibilitar a competitividade aos participantes, dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição.

**2.2.** Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal no 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes.

**2.3.** Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço por item.





*2.4. Até o presente momento não foi regulamentado pelo Município o plano anual de contratação, porém, cabe destacar que o objeto a ser contratado é solicitado de forma corriqueira e anual por esta Secretaria Municipal de Saúde.*

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. Aquisição, sob demanda, de **MEDICAMENTOS** para atender as necessidades da **FARMÁCIA COMPLEMENTAR** pelo período de 01 (um) ano, através da realização de certame licitatório, a fim de determinar o fornecimento do material pelo menor preço unitário com a adoção do Sistema de Registro de Preços, de forma mais econômica possível à administração.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

4.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

4.1.1. a proposta deverá incluir, em cada item, de forma clara e inequívoca, o nome do medicamento conforme Denominação Comum Brasileira, a apresentação e a forma farmacêutica, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto ofertado e o número completo de registro expedido pela ANVISA/MS. A Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA será feita através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovar que o produto não está sob controle sanitário, conforme Portaria GM/MS nº 2814 de 29 de maio de 1998;

4.1.2. para a comprovação, alternativamente, serão aceitos “prints” de páginas do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pela Comissão de Licitação;

4.1.3. estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia legível da solicitação de sua revalidação, tempestiva, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na não aceitabilidade do item cotado;

4.2. Quando for o caso de medicamentos de notificação simplificada constantes na RDC ANVISA nº 199/2006 deverão ser apresentadas a notificação de registro válida junto a ANVISA e a cópia do rótulo a fim de permitir a verificação das características técnicas, composição e indicação do produto ofertado.



**4.3.** Quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa, a licitante deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016,

**4.4.** Os licitantes deverão observar, obrigatoriamente, as disposições constantes no Convênio ICMS 87/02 –CONFAZ e o convênio ICMS 162/94 e suas atualizações e regulamentações locais, quando cabível, notadamente a isenção de recolhimento do ICMS aos órgãos da Administração Pública, conforme Acórdão 1.025/2015 – TCU – Plenário.

**4.5.** O licitante deverá estar ciente da necessidade de aplicação de quaisquer convênios ou normatizações fazendárias aplicáveis aos preços de medicamentos, principalmente quanto às isenções de impostos nas vendas destes produtos.

**4.6.** Não poderão ser contratadas Farmácias e Drogarias que não tenham Autorização de Funcionamento - AFE, para Distribuição de Medicamentos e/ou Autorização de Funcionamento Especial - AFE, para Distribuição de Medicamentos Especiais, quando for o caso;

**4.7.** Não Poderão ser contratadas Farmácias de Manipulação nos termos do item 5.10 da RDC/ANVISA Nº 33, 2000, alterada pela retificação publicada no D.O em 06/06/2001.

**4.7.1.** em caráter excepcional, considerando o interesse público, desde que comprovada a inexistência do produto no mercado e justificada tecnicamente a necessidade da manipulação, poderá a farmácia ser contratada, conforme legislação em vigor, para atendimento de preparações magistrais e oficinais, requeridas por estabelecimentos hospitalares e congêneres. (Resolução nº67/2007 – MS).

#### **Sustentabilidade:**

**4.8.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.9.** As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

**4.9.1.** respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**4.9.2.** realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, na fonte geradora, e a sua destinação às



associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

**4.10.** Devem ser observados, no que couber, os diplomas normativos a seguir: Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 170 e 225; Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança do Clima; Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.349 /2010; Decreto nº 2.783/98 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio; Decreto nº 7.746/2012; Decreto 5.940/06 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional; Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 10, de 12/11/2012 - Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16 do Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012.

**4.11.** Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate.

**Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso i, da lei nº 14.133/2021):**

**4.12.** Não há indicação de marcas ou modelos do objeto.

**Da vedação de contratação de marca/produto:**

**4.13.** Não será admitida a aquisição de produtos que não estejam devidamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

**4.14.** Não será admitida a aquisição de produtos manipulados, exceto em caráter excepcional, considerado o interesse público, desde que comprovada a inexistência do produto no mercado e justificada tecnicamente a necessidade da manipulação.

**Da exigência de bulas ou catálogos:**

**4.15.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar **poderá** ser instado pelo pregoeiro a apresentar bula ou catálogo com fotos, com a descrição detalhada do produto a ser entregue.

**4.16.** As bulas ou catálogos deverão ser enviadas através de correspondência eletrônica ou entregues no endereço Avenida Alberto Braune, 224, no prazo limite de 02 (dois) dias úteis



contados da solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

**4.17.** É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

**4.18.** No caso de não haver entrega da bula ou catálogos ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, a proposta será recusada

**Da exigência de carta de solidariedade:**

**4.19.** Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade e nem declaração de credenciamento junto às empresas detentoras do registro do produto (fabricante), (que não se confunde com a DDR), como critério de habilitação jurídica.

**Subcontratação:**

**4.20.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

**4.21.** Não será exigida a garantia contratual da execução de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Reserva de cotas e exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte:**

**4.22.** Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

**4.22.1.** na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**4.22.2.** se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**4.22.3.** será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**



**5.1.** A entrega dos medicamentos deverá atender integralmente às quantidades solicitadas na nota de empenho, em remessa única, vedado o fracionamento do fornecimento. O prazo máximo para a entrega será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da assinatura do contrato ou da retirada da respectiva nota de empenho, conforme o caso. A dilação do prazo somente será admitida mediante autorização prévia e devidamente fundamentada pela Administração. Todas as despesas relacionadas à logística e transporte correrão por conta exclusiva do fornecedor contratado.

**5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

**5.3.** Os bens deverão ser entregues na **FARMÁCIA COMPLEMENTAR, sito na Rua General Osório, nº 324 - Centro - Nova. Friburgo SEGUNDO ANDAR DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO - AO LADO DO SETOR DE NUTRIÇÃO, de segunda à quinta-feira, exceto feriados, no horário de 08:00h às 13:00h**, ou em local previamente estabelecido e sinalizado no momento do envio da nota de empenho.

**5.4.** Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo de 12 (doze) meses para o caso de medicamentos com validade plena de mais de 01 (um) ano. Para os medicamentos com validade plena de até 12 (doze) meses, a validade mínima de entrega deve ser igual a 70% (setenta por cento) deste prazo, ou seja, aproximadamente 09 (nove) meses contados da data de entrega do medicamento.

**5.4.1.** o critério de validade mencionado faz-se necessário em razão do processo para a realização do pedido possuir, via de regra, previsão para 03 (três) meses de consumo, sendo influenciado por fatores diversos, tais como fortuitos sazonais, questões técnicas relacionadas a produção dos laboratórios, logística na entrega, surtos de doenças específicas e alterações generalizadas na demanda.

**5.4.2.** entrega de produtos com prazo de validade diferente do que foi previsto na cláusula anterior só poderá ocorrer mediante autorização PRÉVIA da Área de Farmácia, mediante a emissão de CARTA DE COMPROMISSO DE TROCA sem qualquer encargo, termo ou condição. **A eventual presença desses elementos acidentais incluídos unilateralmente pela CONTRATADA no instrumento citado será considerada não escrita pela Administração Pública**, podendo a Área de Farmácia, a qualquer tempo, revogar eventual autorização de entrega com prazo de validade diverso, e deflagrar o



processo punitivo contra aqueles que descumprirem as regras contratuais originárias e demais ajustes firmados supervenientemente com a Administração.

**5.5.** O entrega de medicamentos deverá ser efetuada em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA nº 44/2009, Art. 4º, Parágrafo único, onde as empresas responsáveis pelas etapas de produção, importação, distribuição, transporte e dispensação são solidariamente responsáveis pela qualidade e segurança dos produtos farmacêuticos objetos de suas atividades especiais.

**5.5.1.** portanto, fica vedada a entrega de quaisquer medicamentos pelas empresas, através de postagem pelos correios, uma vez os Correios não dispõem de um sistema logístico que garanta a integridade dos medicamentos durante seu transporte, e cabe a empresa a responsabilidade de manutenção das condições de acondicionamento e transporte dos produtos, até o destino final.

**5.6.** Os medicamentos deverão ser entregues com 01 (uma) bula para cada embalagem primária (blister, bisnaga, frasco, frasco-ampola, strip, envelope e etc.), e preferencialmente em embalagem hospitalar, acompanhados das notas fiscais correspondentes, bem como das respectivas notas de empenho, devidamente preenchidas.

**5.7.** Para os medicamentos cuja apresentação seja comprimidos, cápsulas ou seus conseqüentes, serão aceitos apenas, as propostas de fornecedores que ofereçam embalagens blistadas (não multidoses), dada a necessidade de viabilização da gestão de fracionamentos de medicamentos da Administração.

**5.8.** Para os medicamentos que possuem a apresentação FRASCO para administração de soluções orais, deverão ser entregues 01 (um) dosador (copo ou colher) para cada frasco, com vistas a promover uma correta utilização pelo usuário final.

**5.9.** Os medicamentos deverão ser transportados, entregues, e acondicionados adequadamente de acordo com as instruções do fabricante e na temperatura exigida para seu transporte, sob pena de devolução dos mesmos pela Área de Farmácia, com a imediata obrigação de substituição por lote diferente do apresentado inicialmente.

**5.10.** Para materiais importados, será necessária a entrega de manual de instruções em português.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.11.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**





**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.8.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.





**6.10.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.12.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

**6.13.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.15.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**6.15.1.** As Notas Fiscais cujos valores ultrapassem o limite estabelecido no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser devidamente atestadas, pelos fiscais do contrato e protocoladas ao setor de Gerência de Planejamento Orçamentário e Financeiro, da Secretaria de Saúde, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**6.15.2.** As Notas Fiscais **cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021**, deverão ser atestadas, pelos fiscais do contrato, e protocoladas ao setor de Gerência de Planejamento Orçamentário e Financeiro no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

**6.15.3.** Os prazos estabelecidos nos itens anteriores deverão incluir o período necessário para o recebimento **definitivo** do objeto contratual, conforme especificado em seção própria deste Termo de Referência.

**6.15.4.** O **fiscal administrativo** deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Gestão e Planejamento Orçamentário e Financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.



**6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade

#### **Gestor do Contrato**

**6.17.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.17.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.17.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.17.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.17.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.17.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.17.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

#### **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**7.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.3** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**7.2.4** Multa:

**7.2.4.1** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,15% (zero virgula quize por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dias) dias **0,15 %** (zero virgula quize por cento) por dia de atraso nos 10 primeiros dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, **0,30 %** (zero virgula trinta por cento) por dia do 11º ao 20º dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela



inadimplida;

**conversão** em multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) + extinção contratual a partir do 21º dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida

**7.2.4.2** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.3** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.4** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.5** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.6** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

**7.3** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**7.4** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**7.5** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

**7.7** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.8** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



- 7.8.1** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 7.9.2** as peculiaridades do caso concreto;
  - 7.9.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 7.9.4** os danos que dela provierem para o Contratante; e
  - 7.9.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei.
- 7.11** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12** O Contratante deverá, no prazo máximo de 90 (dias) dias, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



**7.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**

**RECEBIMENTO:**

**8.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**8.4** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

**8.5** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**8.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





**8.7** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

**8.9** As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **LIQUIDAÇÃO**

**8.10** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – Avenida Alberto Braune, nº 224, sala 221, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28613-001.

**8.11** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493, de 07 de novembro de 2023 e o Decreto nº 3.116 de 18 de Setembro de 2024, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

**8.12** Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginascentralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginascentralizadas/9_64_Legislacoes.html)

**8.13** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**8.14** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.





**8.15** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**8.15.1** o prazo de validade;

**8.15.2** a data da emissão;

**8.15.3** os dados do contrato e do órgão contratante;

**8.15.4** dados bancários para pagamento;

**8.15.5** o período respectivo de execução do contrato;

**8.15.6** o valor a pagar; e

**8.15.7** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.16** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**8.17** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.18** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**8.18.1** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**8.18.2** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.19** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**8.20** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.21** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**8.22** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **PRAZO DE PAGAMENTO**

**8.23** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo (atesto da Nota Fiscal), conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023

### **FORMA DE PAGAMENTO**

**8.24** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**8.25** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.26** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.27** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.28** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.29** Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.



**8.30** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **Reajuste**

**8.31** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **04 de novembro de 2025**.

**8.32** Após o interregno de um ano, os preços iniciais dos medicamentos poderão ser reajustados mediante a aplicação dos índices oficiais estabelecidos pela **Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observadas as seguintes condições:

**8.33** A concessão do reajuste fica condicionada à expressa solicitação do Contratado, que deverá ser apresentada antes da celebração de qualquer aditivo de prorrogação de vigência contratual, acompanhada da documentação comprobatória das alterações nos preços máximos estabelecidos pela CMED.

**8.34** A ausência de solicitação de reajuste pelo Contratado antes da formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito ao reajuste do período correspondente.

**8.35** O reajuste aplicado não poderá exceder os limites máximos de preços estabelecidos pela CMED para cada medicamento, conforme regulamentação vigente.

**8.36** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.37** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.38** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.39** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**8.40** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.41** O reajuste será realizado por apostilamento.

**8.42** O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

**9.1** O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

### **FORMA DE FORNECIMENTO**

**9.2** O fornecedor do objeto será integral.

### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**9.3** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**9.4** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.5** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**9.6** - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**9.7** - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

**9.8** - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

**9.9** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.10** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.11** - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

**9.12** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.





**9.13** - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

**9.13.1** - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**9.13.2** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**9.13.3** - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.14** - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**9.15** - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.16** - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

**9.17** - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão





apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

**9.18** - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

**9.19** - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**9.20** - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**9.21** - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.22** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.23** - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.24** - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital



- ECD ao Sped.

**9.25** - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

**9.26** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**9.27** - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.28** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**9.29** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.29.1** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

**9.29.2** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.29.3** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.30** Cópia da **Licença Sanitária Estadual ou Municipal**, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou



comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.814/1998, alterada pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 3.716/1998 e suas atualizações).

**9.31** Cópia da Autorização **de Funcionamento (AFE)**, ou publicação do DOU, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inclusive para distribuidoras, quando competente, ou comprovação de sua isenção, conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.

**9.32** Cópia da **Autorização Especial de Funcionamento (AFE)**, válida expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no caso de cotação de medicamentos sujeitos a controle especial, conforme art. 2º da Portaria 344/1998 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e suas atualizações. **(para medicamentos controlados)**

**9.33** **Certidão de Regularidade do Conselho Federal de Farmácia – CFF e/ou Conselho Regional de Farmácia – CRF**, com prazo de validade em vigor, conforme exigência do artigo 67, Inc. V, da Lei Federal nº 14.133/21.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

**9.34** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.35** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.36** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.37** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



**9.38** Serão aceitos registros de **CNPJ** de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND** e ao **CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

**10.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.293.364,24 (cinco milhões, duzentos e noventa e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).**

**11.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA
FARMÁCIA COMPLEMENTAR	30001.10.302.0118.2.205	1600	33.90.32.05

**11.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**12.2.** Termo de referência elaborado por este(a) subscritor(a) auxiliado(a) pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 15 de Janeiro de 2026.

APOIO ADMINISTRATIVO:	APOIO TÉCNICO:
<b>Eduardo da Costa Mendonça de Melo</b> Gestão de Processos, Contratos e Convênios.	<b>Mariana Cristina Maffort</b> Farmácia Complementar
Matrícula 063.345	Matrícula 113.128



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E  
S A Ú D E

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

**Gabriel Costa Wenderroschy**  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr.: 063.454